

Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária



Conselho Editorial da área de Serviço Social

Ademir Alves da Silva
Dilséa Adeodata Bonetti (Conselheira Honorífica)
Elaine Rossetti Behring
Ivete Simionatto
Maria Lúcia Carvalho da Silva
Maria Lucia Silva Barroco

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Movimentos sociais e serviço social : uma relação necessária / Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, (orgs.). – São Paulo : Cortez, 2014.

Vários autores.
ISBN 978-85-249-2303-6

1. Assistência social – Brasil 2. Brasil – Política social 3. Luta de classes 4. Movimentos sociais 5. Serviço social – Brasil I. Abramides, Maria Beatriz. II. Duriguetto, Maria Lúcia.

14-10632

CDD-361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Movimentos sociais : Serviço social :
Problemas sociais 361.981

Maria Beatriz Abramides
Maria Lúcia Duriguetto (Orgs.)

Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: uma relação necessária
Maria Beatriz Abramides e Maria Lúcia Duriguetto (Orgs.)

Capa: de Sign Arte Visual

Preparação de originais: Jaci Dantas de Oliveira

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Linea Editora Ltda.

Assessoria editorial: Maria Liduína de Oliveira e Silva

Editora assistente: Priscila Flório Augusto

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa das organizadoras e do editor.

© 2014 by Organizadoras

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel. (11) 3864 0111 Fax: (11) 3864 4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – novembro de 2014

SONHO IMPOSSÍVEL

Letra e música: Joe Darion/Mitch Leigh

Versão: Chico Buarque de Hollanda e Ruy Guerra

Sonhar mas um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão

É minha lei, é minha questão
Virar este mundo, cravar este chão
[...]

E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.

À assistente social, professora doutora Nobuko Kameyama pela trajetória histórica de lutas junto aos movimentos sociais e por seu compromisso e dedicação ao projeto ético-político profissional. Seu legado nos alimenta, anima e fortalece na perspectiva emancipatória.

Sumário

Apresentação	13
Prefácio	
<i>Ana Elizabete Mota</i>	23

PARTE I

Movimentos sociais e luta de classes na contemporaneidade

1. Duas teses sobre a situação internacional	
<i>Valerio Arcary</i>	33
2. As manifestações de massa e a dimensão estratégica	
<i>Mauro Iasi</i>	50
3. Oposição sindical metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas	
<i>Maria Rosângela Batistoni</i>	68
4. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização	
<i>Marcelo Badaró Mattos</i>	85

5. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora
Sâmbara Paula Francelino Ribeiro..... 102
6. Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos
Tatiana Dahmer Pereira 119
7. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do movimento
Cristina Simões Bezerra 136
8. Movimentos feministas e pela liberdade de orientação e expressão sexual: relações com a luta de classes no Brasil de hoje
Mirla Cisne e Silvana Mara Morais dos Santos..... 153

PARTE II

Movimentos sociais e Serviço Social: produção de conhecimento, formação, intervenção e organização político-profissional

1. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas
Maria Lúcia Duriguetto..... 177
2. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais
*Josefa B. Lopes, Marina Maciel Abreu
e Franci Gomes Cardoso* 195

3. Cotidiano, Serviço Social e sua dimensão ideopolítica:
prospectivas de ação
Amanda Guazzelli e Ana Lívია Adriano..... 214
4. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical
por ramo de atividade ou por categoria profissional?
Maria Beatriz Costa Abramides..... 230
5. Experiências profissionais do Serviço Social nos
movimentos sociais urbanos
Eblin Farage 245
6. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na
interface com os assentamentos rurais
Raquel Santos Sant'Ana 263
7. O que a universidade pode aprender quando coloca
seus pés em um acampamento sem terra?
Katia Iris Marro 278
8. A inserção da temática étnico-racial no processo
de formação em Serviço Social e sua relação com
a educação antirracista
Roseli da Fonseca Rocha..... 295
9. Quilombos: cultura e resistência
Juliana Abramides dos Santos..... 312
10. Trabajo social, movimientos sociales y universidades
públicas en Argentina
Carolina Mamblona, Silvia Mansilla e Andrea Oliva 331

Apresentação

Esta coletânea vem contribuir com uma temática que é cara ao Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro. Comprendemos o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, expresso na relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social, como uma das objetivações centrais no processo de ruptura com o conservadorismo. Assim, reafirmar a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais é fortalecer o processo de renovação contínua da profissão, objetivo central desta coletânea.

A coletânea contempla 18 artigos escritos por intelectuais, pesquisadoras(es), militantes, assistentes sociais e outros profissionais. Encontra-se organizada em dois blocos: **Movimentos Sociais e Luta de classes na contemporaneidade** e **Movimentos Sociais e Serviço Social: produção de conhecimento, formação, intervenção e organização político-profissional**.

O primeiro bloco da coletânea apresenta artigos relacionados à história das lutas sociais desde a ditadura no Brasil até a atualidade. O surgimento da crise estrutural do capitalismo, no plano internacional, pós-1973, ocasionada pela crise de superprodução, pela queda tendencial da taxa de lucro imprime uma nova ofensiva do capital ao mundo do trabalho pela “acumulação flexível” com desemprego estrutural e desregulamentação das relações de trabalho. Na esfera do Estado, o neoliberalismo, pelas privatizações e contrarreformas que incidiram na quebra de direitos conquistados pelos trabalhadores.

Na esfera da cultura, houve uma investida ideopolítica da denominada “pós-modernidade” que nega: a existência das classes sociais, o trabalho em sua centralidade, o protagonismo do proletariado no processo histórico da revolução social. Nesse contexto, os(as) autores(as) analisam os desafios postos à classe trabalhadora para o seu projeto imediato e emancipatório a partir das contradições antagônicas da relação capital — trabalho e das diferentes concepções político-organizativas existentes no interior da classe trabalhadora.

Abrindo a coletânea, Valerio Arcary trata de duas teses sobre a situação internacional do capitalismo em suas sucessivas crises até 2008, e seu aprofundamento com rebatimentos sobre a classe trabalhadora. Explicita os desafios postos ao marxismo revolucionário a partir das determinações históricas fundadas no processo internacional de restauração do capitalismo, pós-1989, com a destruição das conquistas de direitos sociais dos trabalhadores. Retrata a prevalência do projeto reformista no interior do proletariado, bem como a programática dos governos latino-americanos que foram apoiados por setores populares e representam o projeto do capital. Denuncia a guerra civil na Síria, desde 2012, e a guerra genocida de Israel contra Gaza em 2014. No processo das lutas de classe, apresenta as inúmeras greves desde 2008, bem como a explosão de mobilizações de rua, no plano internacional e no Brasil, em que se evidenciam tendências mais moderadas e revolucionárias na luta contra o capitalismo e suas medidas destrutivas. Reafirma, ainda, o protagonismo histórico da classe e da necessidade de sua entrada em cena com mobilização revolucionária.

Mauro Iasi analisa as mobilizações explosivas de massas no país a partir de junho de 2013, que se iniciaram pela redução da tarifa de ônibus e se expandiram para outras reivindicações como: saúde, educação, habitação, contra os gastos com as obras da Copa do Mundo em 2014, contra a violência da polícia e pelo fim da criminalização dos movimentos sociais. Explicita as tensões existentes no interior do movimento e as táticas empreendidas pelos *black-blocs*, pelos setores da esquerda marxista e dos setores sociais estadistas cooptados a

partir de 2003, com o governo Lula. Identifica o processo de “transformismo” do Partido dos Trabalhadores (PT), que se amoldou aos limites da ordem burguesa. Para o autor, o “apassivamento” de determinados setores sociais não significa ausência de lutas. Para ilustrar isso, destaca que em 2013 e 2014, houve um aumento significativo de greves no país (garis, rodoviários, construção civil, professores do ensino público federal e estadual, trabalhadores em serviço público, metroviários, entre outros) que explicitam a luta de resistência à exploração do capital e à dominação de classe do Estado.

Sâmbara Ribeiro trata da chamada quadra “pós-moderna” na ofensiva do capitalismo, em sua fase contemporânea, como expressão de uma perspectiva ideológica ao centrar sua análise nos elementos teóricos, ideopolíticos e culturais implícitos no projeto de hegemonia do capital de negação das teorias macroestruturais de análise da realidade, da interpretação da vida social de forma acrítica, dispersa, caótica e episódica que se configuram como elementos de alienação nos marcos do irracionalismo. A concepção dos “novos movimentos sociais” articula-se às teorias pós-modernas ao considerar: os questionamentos à existência das classes sociais, a negação dos partidos classistas, o fim da centralidade do trabalho, a negação do protagonismo do proletariado no processo histórico de transformação social. A autora afirma a necessidade de se reconhecer e se pensar teoricamente nas novas organizações, não nos limites do capital, mas ancoradas na perspectiva classista emancipatória.

Rosângela Batistoni recupera a trajetória autônoma da Organização Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) no movimento operário de 1964 até 1987. Analisa sua atuação nas grandes greves do operariado metalúrgico da capital paulista (1978/79) e suas formas de organização desde a base, por meio das comissões de fábrica, organização de seus congressos, na luta pela conquista do sindicato e formulação de um programa operário de sindicalismo livre, combativo, de massa, de auto-organização na direção do socialismo. O sindicato metalúrgico de São Paulo era o maior da América Latina e tinha a direção de uma diretoria vinculada ao patronato e se colocava à

revelia do movimento grevista que se encontrava em curso. Em 1968, a partir do AI n. 5, amplia-se a repressão e violência policial e militar de um regime fascista em que os operários metalúrgicos Olavo Hansen e Luís Hirata são assassinados. O operário Santo Dias da Silva também é assassinado em 30/10/1979, no segundo dia de greve. Em um de seus congressos, a OSM, em 1984, passa a se autodenominar movimento, o MOSM-SP. A OSM teve um papel decisivo na organização do sindicalismo classista que culmina com a fundação da CUT em 1983. Uma de suas encruzilhadas é fruto dos retrocessos da CUT que inviabilizam a participação das oposições sindicais. Em 1997, foi criado o Projeto de recuperação da memória da combativa OSM.

Marcelo Badaró retrata o desafio da organização sindical no Brasil. Recupera a trajetória histórica do sindicalismo classista, de luta dos anos 1980; o processo de acomodação sindical dos anos 1990, com a evidência de um sindicalismo de cooptação a partir do governo Lula, e apresenta os desafios atuais, a partir de 2013, com um novo ciclo das lutas sociais no país com mobilizações massivas e greves que são amplamente analisadas. Os anos 1980 são lembrados pelas greves operárias no ABC paulista e pela greve geral em 1989. Os anos 1990 são marcados pela ofensiva do capital com a retirada de direitos; a classe se coloca em uma ação sindical institucionalizada em câmaras setoriais, notadamente no governo FHC. A partir de 2003, no governo Lula, os setores hegemônicos da CUT quebram sua autonomia sindical na perspectiva estadista. Indica questões relacionadas à necessidade de reorganização da classe que não aconteceu em 2010, entre Intersindical e Conlutas. Por fim, o autor defende e analisa a necessidade desta unificação para a perspectiva classista.

Cristina Bezerra debate as lutas e desafios políticos e organizativos dos trabalhadores rurais sem terra, o MST, a partir da hegemonia do grande capital internacional, de financeirização da economia que incide na propriedade da terra, da produção e dos bens agrícolas. O processo de centralização do capital na agricultura se estabelece pelas grandes corporações financeiras internacionais, sobretudo os bancos na lógica do “agronegócio”, que destroem a natureza e o

trabalho humano. Em resistência ao agronegócio, a autora destaca que os trabalhadores rurais se organizam no MST, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esses movimentos compõem a Via Campesina e com outros movimentos latino-americanos fortalecem a luta de politização e formação da consciência de classe para a emancipação política e humana.

Tatiana Dhamer Pereira trata dos desafios postos aos Movimentos Sociais Urbanos considerando as ofensivas do capital de cooptação e criminalização na quadra histórica contemporânea. Refere-se à questão urbana desde a sociedade feudal e apresenta as novas contradições urbano-industriais com o desenvolvimento do capitalismo ao impor extensa jornada de trabalho e precárias condições de moradia. Expõe as diferentes correntes teóricas na temática e enfatiza a marxista no horizonte da emancipação humana. Revela as lutas sociais urbanas nos períodos ditatorial, de redemocratização, pós-implantação do neoliberalismo que destrói direitos sociais conquistados, com ênfase no período a partir do governo Lula, em que se aprofundam as contradições postas aos movimentos sociais urbanos, base de apoio eleitoral ao projeto democrático popular do PT que incorporam, em sua grande parte, a lógica das “reformas possíveis”. A autora defende novas rearticulações combativas nas lutas sociais para a luta classista.

Encerrando a primeira parte da coletânea, Mirla Cisne e Silvana Mara dos Santos apresentam os movimentos relativos às lutas feministas e de liberdade de orientação e expressão sexual no enfrentamento ao conservadorismo e pelo reconhecimento da liberdade e diversidade humanas na perspectiva classista e emancipatória. Destacam que a exploração e opressão sobre as mulheres e o regime da heterossexualidade (compreendido para além da orientação sexual, mas, fundamentalmente, como uma ideologia de naturalização dos sexos) são determinados por um único sistema: o patriarcado. Esse sistema determina a desigualdade entre os sexos, consolida a propriedade privada, a família monogâmica e a divisão sexual do trabalho.

As autoras recuperam a origem e o desenvolvimento de movimentos feministas e pela liberdade sexual na concepção classista, respectivamente: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Marcha Mundial de Mulheres (MMM); a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL). As autoras chamam a atenção para que o Serviço Social conheça as lutas contra a violação de direitos e a exploração e opressão a esses segmentos na necessária defesa da diversidade humana, de seus direitos imediatos e na luta por um projeto emancipatório.

Os artigos que compõem a segunda parte da nossa coletânea tratam de tematizar, em desafios e perspectivas, as mediações que conectam a profissão às organizações, movimentos e lutas sociais por intermédio da produção do conhecimento, formação, intervenção e organização política profissional.

No artigo de Maria Lúcia Duriguetto, são retomados os elementos constitutivos da restauração capitalista (padrão de acumulação flexível e as contrarreformas estatais no campo das políticas sociais), materializados na realidade nacional a partir dos anos 1990, e seus impactos no campo das lutas sociais. É nesse contexto que a autora reflete acerca dos desafios e perspectivas da relação do Serviço Social com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores. Apresenta o estado da arte dessa relação na produção de conhecimento da área e os termos do debate, acumulados pela profissão pós-anos 1980, que tratam de horizontes de possibilidade para o desenvolvimento de uma articulação da intervenção profissional nos processos de mobilização e organização popular.

Josefa Lopes, Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso abordam os conteúdos que conformam a função pedagógica da intervenção profissional, destacando a práxis e o princípio educativo, referenciados nos construtos teóricos gramscianos, como fundamentos dessa intervenção. É com este norte analítico, que são problematizadas as mediações da relação profissional com as lutas sociais, em que a função pedagógica é tensionada pelas estratégias de controle social e pela sua relação com os projetos societários das classes subalternas,

fonte de vitalização de uma pedagogia emancipatória. Um dos caminhos reivindicados para o fortalecimento dessa pedagogia emancipatória e de resistência é o investimento profissional nas instituições de organização política da categoria no estabelecimento de vínculos com partidos, movimentos e organizações que permanecem na resistência contra o capital.

Amanda Guazzelli e Ana Livia Adriano trazem reflexões da dimensão ideopolítica do Serviço Social em articulação com as categorias que conformam a vida cotidiana. Localizam, no campo das organizações e lutas dos trabalhadores, a possibilidade da construção de um cotidiano emancipador. Esse campo adquire, assim, considerável relevância nos processos de construção de alternativas e resistências às relações e ações alienantes da vida cotidiana sob o jugo do capital. É na sintonia com este cotidiano de resistências e lutas que a direção contida no projeto ético-político pode constituir-se como vivência e resistência crítica à singularidade alienada formada na cotidianidade do mundo capitalista.

A organização sindical dos trabalhadores e da categoria profissional é retomada historicamente no artigo de Maria Beatriz C. Abramides. A autora particulariza as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram avançar na superação da organização sindical por categoria profissional para o da organização por ramo de atividade econômica, associada à inserção das(os) assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho. É apresentado, como desafio, que a organização sindical por ramos de atividade econômica (na esfera da produção e da reprodução social) deva incluir todos os segmentos dos trabalhadores, independente das formas de uso, contratação e dispensa de sua força de trabalho. Com esta apreensão, ratifica-se a defesa da organização sindical do conjunto dos trabalhadores por ramos de atividade econômica, condição necessária para o fortalecimento de suas resistências e lutas.

Dois artigos abordam a questão urbana e agrária em suas determinações econômicas e políticas de funcionalidade à reprodução da ordem do capital. O artigo de Eblin Farage expõe os fenômenos

constitutivos do espaço urbano e da constituição das cidades, orientados pela segregação sócio-espacial, econômica e cultural. Em ofensiva a essa lógica segregativa, eclodem os movimentos sociais urbanos que inscrevem suas lutas à dimensão classista ou institucional (que aqui podem estar clivados pela colaboração e/ou pela cooptação). Defende-se a necessidade de avanços na organização coletiva e autônoma dos trabalhadores e da necessária articulação do Serviço Social com o campo das lutas urbanas — tanto nos espaços autônomos de organização dos trabalhadores como em espaços institucionais — condição para ir além dos limites das políticas públicas e sociais.

Raquel Sant’Ana tece os fios críticos do atual projeto de desenvolvimento agrário, que mantém a concentração de terra e que transforma a reforma agrária em política compensatória. O beneficiário da reforma agrária passa a ser usuário dos programas sociais destinados àqueles que não possuem renda, ou seja, demandatários da política de assistência social. A partir desses elementos, a autora apresenta desafios e horizontes de intervenção do assistente social em assentamentos rurais, como a precarização dos contratos de trabalho e a necessária interlocução da profissão com saberes e com as lutas estabelecidas pelos segmentos profissionais e os movimentos sociais. Essa relação é condição para que não restrinja sua intervenção nas políticas sociais, projetos institucionais e a imediaticidade posta pelo cotidiano profissional.

O artigo de Katia Iris Marro traz-nos reflexões acerca da relação do Serviço Social com os movimentos sociais a partir de um trabalho de extensão universitária realizado junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A autora elucida que as práticas extensionistas junto aos movimentos e lutas sociais contribuem para a formação profissional na perspectiva da direção social do projeto ético-político, para a função social da universidade pública e para a própria qualificação dos processos de organização das classes subalternas. Afirma a importância da relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas por esta representar, entre outros ganhos, uma possibilidade da profissão processar criticamente sua função na

reprodução das relações sociais, nos conflitos de classe e para pautar a produção de conhecimento em sintonia com a agenda de luta e reivindicação desses sujeitos.

Roseli Rocha apresenta os resultados de sua pesquisa sobre a inserção da questão étnico-racial na formação profissional e sua relação com a construção de uma educação antirracista. A autora desenvolve vários aspectos da importância da discussão deste tema na formação, como, por exemplo: o necessário conhecimento dos sujeitos sociais que são historicamente discriminados; quem mais demanda a intervenção profissional e sobre quem mais são dirigidas as políticas repressivas estatais. Esse conhecimento contribui para desocultar as resistências individuais e coletivas que esses sujeitos acionam. Segundo Roseli, o projeto profissional, ao ter como direção política a construção de uma nova sociabilidade, está em consonância com as lutas históricas da população negra. Todavia, permanece um hiato entre as conquistas legais da profissão no que se refere à incorporação do tema étnico-racial e a sua consolidação na realidade concreta dos processos de formação e de intervenção profissional.

Este convite ao mergulho no conhecimento dos sujeitos com os quais trabalhamos também é feito nas linhas tecidas por Juliana Abramides, que aqui nos revela o mundo dos quilombolas no Estado do Pará. A autora demonstra que a investigação do cotidiano, das práticas culturais e artísticas, da experiência, dos saberes e das resistências são elementos fundamentais para pensar estratégias do trabalho profissional na direção da sua dimensão ético-política. Discorre que as músicas e danças como a capoeira, o samba, as festas de rua e as rodas de batuque são afirmações do universo cultural africano que se contrapõem às diversas formas de opressão e exploração a que têm sido submetidos negros, afrodescendentes e trabalhadores. Juliana nos convida a desvelar e a tornar visível a memória e as representações dos povos escravizados que foram e são ocultas e reprimidas.

Esta Coletânea é finalizada com um artigo que trata das experiências de articulação desenvolvidas, pós-anos 1990, entre formação profissional — ensino, pesquisa e extensão — e as organizações,

movimentos e lutas sociais em três universidades da Argentina, a partir dos anos 1990. Carolina Mamblona, Silvia Mansilla e Andrea Oliva apresentam-nos relatos de experiências dessa articulação por meio das particularidades dos processos de formação profissional e de constituição dos movimentos sociais nas realidades em que estão inseridas, especialmente sindicatos, fábricas recuperadas, organizações de desempregados e movimentos de bairro. Afirmam que a articulação da profissão com as organizações populares deve ser desenvolvida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nos quais o profissional deve visibilizar suas lutas e necessidades, indo além dos atendimentos individuais e familiares. As autoras reconhecem a inexistência de estudos sistemáticos do trabalho social com o mundo das lutas na Argentina e pretendem contribuir com esse debate com o Serviço Social brasileiro.

Um fio reflexivo e propositivo é tecido nas várias mãos presentes nesta Coletânea, que alinham rigor analítico e engajamento militante: o necessário conhecimento e investimento teórico e prático-político no mundo das lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores. É neste mundo que criaremos cotidianos *cheios de sentido!*

Agradecemos aos(às) autores(as), às colaboradoras do prefácio, orelha e quarta página, à assessora da editoria da área de Serviço Social e à Cortez a pronta acolhida e a adesão ao nosso projeto.

Maria Beatriz Costa Abramides

Maria Lúcia Duriguetto

São Paulo e Juiz de Fora, agosto de 2014

Prefácio

O livro *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária* repõe no âmbito do Serviço Social uma temática que desde os finais da década de 1970 mantém uma relação que se poderia considerar orgânica com a renovação teórica, ética e política do Serviço Social brasileiro. As Organizadoras — Bia Abramides e Malu Duriguetto, como são carinhosamente chamadas — nos brindam com 18 capítulos, divididos em duas partes: 1) *Movimentos sociais e luta de classes na contemporaneidade*; e 2) *Movimentos sociais e serviço social: produção de conhecimento, formação, intervenção e organização político-profissional*.

Participam da coletânea destacados(as) intelectuais da esquerda marxista que expõem cenários, tendências, hipóteses e questões da maior relevância para o debate contemporâneo sobre os movimentos sociais tradicionais e emergentes, além da relação entre o Serviço Social e os diversos movimentos, práticas e lutas sociais no Brasil e na Argentina.

No conjunto, o livro preserva um fio condutor, a crise, o processo de restauração capitalista e as inflexões nos movimentos sociais e na luta de classes. Na síntese de Arcary, “a superação da crise atual não só não é impossível, é até provável. Mas quando acontecerá vai depender do curso da luta de classes”. Hipótese que requer a análise da correlação de forças entre as classes sociais; no caso brasileiro, segundo Iasi, uma das mediações daquela correlação localiza-se no fato de que “As classes dominantes no Brasil demonstram histórica-

mente a incrível capacidade de antecipar as mudanças conservadoras e os acertos dentro da ordem, para evitar que a eclosão da luta dos trabalhadores possa se tornar uma alternativa real de poder e ameace sua ordem de dominação”. Ainda o mesmo Iasi, encetando uma análise da direção política e das características das “jornadas de junho” no Brasil, em 2013, aponta outras mediações dos processos de dominação: os aparelhos de coerção e a ação dos aparelhos privados de hegemonia (meios de comunicação, instituições da sociedade civil burguesa, aparelhos ideológicos e organizações culturais) que desenvolvem pedagogias e estratégias para tornar subjetiva a objetividade da ordem burguesa.

Sobre a relação entre os Movimentos Sociais e o Serviço Social no Brasil, predominante nos ensaios da Parte II, identificamos como eixo das sistematizações e debates as relações entre as iniciativas restauradoras do capital e do Estado, a partir dos anos 1990 do século passado, e as mudanças na direção das práticas sindicais, partidárias e de alguns movimentos sociais. Igualmente, atravessam todos os textos os desafios do denominado projeto ético-político do Serviço Social e as mediações da prática político-organizativa (profissional e acadêmica) dos assistentes sociais, estudantes e docentes da área do Serviço Social, “particularmente as que se relacionam com a construção do projeto ético-político do Serviço Social”, tese que compartilho.

Três ensaios despertaram nossa especial atenção: os de Lopes, abreu & Cardoso, o de Duriguetto e o de Beatriz Abramides. É instigante o ensaio de Lopes et al. quando aborda a função pedagógica do Serviço Social em relação à dimensão interventiva da profissão e ao lugar “da organização política profissional como mediadora na formação do sujeito coletivo, articulador autônomo frente ao mercado de trabalho na relação profissional com as lutas sociais, sob a orientação do projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade”.

Igualmente, dois argumentos de Duriguetto são provocativos: o da subtração da dimensão intelectual da profissão e a defesa de que

“uma das possibilidades para o enfrentamento dessa subtração da dimensão intelectual é o fomento de intervenções profissionais nos processos de mobilização e organização popular — que compõem um dos elementos da dimensão ideopolítica da ação profissional”; o outro, de que existe um processo contraditório, posto que, no mesmo período em que se consolida o projeto ético-político, ocorre a retração da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais. Referindo-se aos aportes constitutivos do projeto ético-político, afirma que eles “implicam no vínculo político e profissional com as lutas das classes subalternas”.

O texto de Bia Abramides também estimula reflexões, especialmente quando enfoca o percurso histórico da organização sindical dos assistentes sociais, ressaltando o posicionamento de vanguarda da categoria nos anos 1980 do século XX — a organização por ramo de atividade/produção — que a Autora defende, sem deixar de reconhecer as contradições (em processo) dessa transição, na qual a consolidação de novas racionalidades ainda não permitiu “que o velho morresse e o radicalmente novo nascesse”, como reflete Gramsci na sua teoria da transição.

Dentre essas contradições em processo, ainda que não aprofundadas, destaca Abramides o peso político-organizativo — embora não sindical e partidário — de entidades como o Conjunto CFESS/ CRESS e ABEPSS, ambas com profundo enraizamento na categoria, mesmo tendo naturezas jurídicas distintas: a primeira, uma autarquia; a segunda, uma associação autônoma de unidades de ensino e pesquisadores. Afirma ela que, a despeito dessas distintas naturezas e finalidades, “o CFESS e a ABEPSS têm uma concepção e ação articuladas às lutas dos trabalhadores, e nesse sentido têm se colocado firmemente contra a ofensiva do capital, contra o neoliberalismo e na defesa dos direitos sociais historicamente conquistados, bem como apoiado e se solidarizado ativamente com os movimentos sociais, contrapondo-se à sua criminalização e à repressão às lutas sociais pela polícia militar, sob a anuência do Estado burguês de dominação.

Esta afirmação, longe de uma mera constatação, segundo meu ponto de vista, evidencia um dos meios diretos ou mediatos através dos quais se dá relação da profissão com os movimentos e lutas sociais, particularmente na conjuntura vigente nessa quadra histórica, tão bem descrita neste livro.

Sob meu ponto de vista, a relação entre os Movimentos Sociais e o Serviço Social não é apenas necessária; ela foi e é determinante da construção do que hoje denominamos como projeto ético-político profissional. Embora esta nomenclatura surja nos anos 1990, sua constituição remonta aos finais dos anos 1970 do século passado, quando se inicia um movimento político, teórico e acadêmico-profissional de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Sua referência temporal é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, em 1979, ocasião em que uma parcela significativa da categoria profissional declara publicamente sua articulação com os interesses, necessidades e projetos da classe trabalhadora.

Desde então, a mediação dos movimentos sociais foi definitiva para o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, que inaugura uma tendência radicalmente nova na profissão ao superar sua função pedagógica tradicional em favor da construção de uma cultura (no sentido gramsciano) emancipatória das classes subalternas. Segundo Lopes, Abreu e Cardoso, em capítulo publicado nesta coletânea, “através do exercício desta função, a profissão inscreve-se no campo das atividades formadoras da cultura, constituindo-se como elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional”.

Este processo, ao longo dos últimos 35 anos, deu direção teórica, ético-política e operativa à formação e ao exercício profissionais, com reflexos significativos na pesquisa, na pós-graduação e na produção intelectual do Serviço Social. Foi fortalecido pelo movimento político-organizativo da profissão e por inúmeras iniciativas no campo acadêmico e profissional, incidindo diretamente na formação de uma cultura profissional que prima pela criticidade e resistência em face dos rumos e conjunturas da sociedade brasileira.

Partimos da constatação de que o Serviço Social brasileiro vive, processualmente, metamorfoses/alterações que se relacionam mediata ou imediatamente com os rumos da realidade, razão do surgimento de novos espaços ocupacionais e de competências profissionais que convivem com os tradicionais, revelando significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais.

Ouso afirmar não ter havido um afastamento político do Serviço Social em relação às pautas dos movimentos sociais e das lutas mais gerais da sociedade. Ocorreu sim, em alguns setores, uma retração dos movimentos sindical e social, mas também houve uma ampliação e transversalidade das lutas sociais nos movimentos emergentes. Segundo Sambara Ribeiro, em ensaio ora publicado, “incorporar a diversidade humana no enfrentamento das opressões sociais não significa suprimir a compreensão da realidade social pautada nas contradições da totalidade histórica. Implica, sobretudo, alargar o conhecimento na perspectiva de apreensão da essência do ser social em sua materialidade”.

Ora, se mudanças objetivas afetaram tanto a composição como a dimensão e as estratégias dos históricos movimentos sociais, também podemos especular se houve uma mudança nos meios e formas de relação da profissão com os movimentos sociais.

Defendo que o estatuto intelectual do Serviço Social brasileiro é algo incontestado, como demonstram a qualidade da sua produção bibliográfica, as pesquisas desenvolvidas, bem como as escolhas que orientam a formação profissional em nível de graduação e pós-graduação. Pondero que o avanço teórico-político da profissão, explicitamente herdeiro do pensamento social crítico, de inspiração marxiana, na atual conjuntura responde pela possibilidade de interlocução com outras áreas do saber e do conhecimento, com os objetos das lutas sociais e com a instrumentalização de pautas reivindicatórias, através de análises teóricas e de conjuntura e de formulação de propostas e políticas que lhe permite exercitar o seu papel intelectual na

construção de alternativas coletivas, para além da intervenção e da execução de políticas sociais.

Mesmo sem os subsídios de um levantamento quantitativo (Mota, 2013), é notória a interlocução e a incorporação da bibliografia produzida pelos intelectuais da área do Serviço Social nas produções (mais à esquerda) das Ciências Humanas e Sociais no Brasil, assim como a formação de quadros intelectuais que migram de outras áreas para a do Serviço Social, em busca do pensamento crítico.

A estes, acrescenta-se a abertura do mercado editorial às produções de assistentes sociais, inclusive de editoras vinculadas ao movimento social, como é o caso da Expressão Popular. Ademais, verifica-se a incorporação de quadros docentes e intelectuais do Serviço Social como formadores de massa crítica no âmbito dos movimentos sociais, populares e sindicais, como revelam o caso do ANDES, de outras associações docentes como a APROPUC, dos quadros intelectuais de partidos políticos, das parcerias intelectuais, profissionais e acadêmicas com o MST a partir da criação dos PRONERA, da participação no movimento de mulheres e no LGBT (Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgênero), inclusive como formuladores referenciados pelas bases, da participação na Universidade Popular dos Movimentos Sociais (Escola Florestan Fernandes), além da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, do tráfico de pessoas e do Fórum da Reforma Urbana, dentre outros. Isso sem falar no peso intelectual dos profissionais do Serviço Social na participação direta e/ou na instrumentalização política dos participantes de conferências municipais, estaduais e nacionais, ligados aos movimentos organizados de diversas áreas.

Este movimento aqui identificado, na minha perspectiva, revela uma ampliação do âmbito da atuação da profissão, desta feita através de uma ativa participação na formação de uma massa crítica no campo da esquerda, cujas dimensões teórica, ideopolítica e intelectual são responsáveis por um acervo de conhecimentos críticos e práticas que, ante o espraiamento do pensamento pós-moderno no âmbito das ciências sociais e das “cooptações” operadas pela estatização de par-

te dos movimentos sindicais e sociais, apresenta-se como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico.

Sob o influxo do projeto ético-político profissional, o Serviço Social ampliou sua função intelectual, sendo tributária da formação de uma cultura que se contrapõe à hegemonia dominante, protagonizada pela esquerda marxista e pelos movimentos anticapitalistas e revolucionários no Brasil. E o faz sem perder a relação de unidade com o exercício profissional, mas expondo o protagonismo intelectual do Serviço Social.

Por isso, caberia indagar se a relação entre o Serviço Social e os tradicionais movimentos sociais e os sindicatos rurais e urbanos não se teria tornado menos executiva e mais no campo da assessoria, da formação política, da montagem de cenários e discussão de estratégias. Note-se que ocorre até mesmo a ampliação de quadros profissionais em movimentos emergentes no campo sociojurídico, socioambiental, urbano, da discriminação sexual, racial e de mulheres, dentre outros.

Essas questões me levaram a trabalhar a hipótese de que o Serviço Social brasileiro adensa a sua intervenção na realidade e redesenha a sua relação com os movimentos sociais através da construção de uma cultura intelectual de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo, inclusive, a representação da profissão, até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão.

Ressalto, ainda, outra mediação da relação entre os Movimentos Sociais, o Serviço Social e o projeto ético-político profissional: a possibilidade de estarmos diante uma nova composição do coletivo profissional dos assistentes sociais brasileiros (a exemplo do que ocorre com o perfil da classe operária no Brasil) mediada pela existência de uma socialidade profissional até então desconhecida na categoria, resultado da massificação do ensino superior. Inegavelmente, existe um processo de renovação de quadros profissionais no Serviço Social brasileiro. Trata-se de um segmento jovem que vivencia a instabilidade do primeiro emprego e a desproteção social do trabalho; ocupa postos de

trabalho precarizados e, possivelmente, encontra-se mais permeável à ofensiva tecnicista, pragmática, anti-intelectual e alienante, derivada do complexo contexto da formação profissional à distância, da interiorização do exercício profissional (afastada dos centros urbanos que vivem em ebulição política permanente) e das pedagogias e metodologias de ações institucionais municipais.

É nesse contexto que problematizo a relação do Serviço Social com os movimentos sociais, reafirmando que houve uma mudança nos meios e formas de relação da profissão com as lutas e os movimentos sociais no Brasil dos anos 2000, mas não um afastamento das bandeiras e pautas de luta das classes trabalhadoras e subalternas, reiterando a direção social estratégica que marcam os princípios dos nossos códigos de ética, os conteúdos e abordagens das diretrizes curriculares e o protagonismo político da esquerda marxista do Serviço Social. Encerro agradecendo a confiança das organizadoras pelo convite para prefaciar o livro e deixo aqui um convite ao debate que esta coletânea nos estimula a fazer.

Recife, agosto, 2014

Ana Elizabete Mota

PARTE I

Movimentos sociais
e luta de classes na
contemporaneidade

1

Duas teses sobre a situação internacional

Valerio Arcary*

Se a produção capitalista gera um mercado suficiente para si, a acumulação capitalista (considerada objetivamente) é um processo ilimitado. Se a produção pode sobreviver, continuar a crescer sem obstáculos, isto é, se pode desenvolver as forças produtivas ilimitadamente, [...] desmorona um dos mais fortes pilares do socialismo de Marx. [...] Mas [...] o sistema capitalista é economicamente insustentável. [...] Se, no entanto, aceitarmos com os “especialistas” o caráter econômico ilimitado da acumulação capitalista, o socialismo perde o piso granítico da necessidade histórica objetiva. Ficamos perdidos nas nebulosidades dos sistemas pré-marxistas que queriam deduzir o socialismo somente da injustiça e maldade do mundo e da decisão revolucionária das classes trabalhadoras.¹

— Rosa Luxemburgo

* Doutor em História Social pela PUC-SP; professor do Instituto Federal de São Paulo.

1. LUXEMBURGO, Rosa. El problema en discusión. In: _____. La acumulación de capital, *Cuadernos de Pasado y Presente*, México, n. 51, p. 31, 1980. Este ensaio é também conhecido como a Anticrítica.

Primeira tese: a vitória de revoluções sociais anticapitalistas no século XX transformou-se em derrota com a restauração capitalista, mas não inverteu o signo da época histórica

A última crise do capitalismo aberta em 2007/2008 foi mais grave que a anterior de 1999/2001 que, por sua vez, foi mais severa que a de 1991/1992, que já tinha sido pior que a de 1987. A próxima será, provavelmente, mais destrutiva. Este é um dos fundamentos “graníticos” do marxismo que Rosa Luxemburgo menciona nesta citação que serve de epígrafe. Foi Rosa quem cunhou a frase de que o caminho da luta dos trabalhadores era uma via recheada de derrotas parciais que preparavam a vitória final. A dialética da história se manifestou, todavia, como uma via de vitórias nacionais bloqueadas que prepararam, com a restauração capitalista, uma derrota internacional.

Um bom ponto de partida da análise da etapa internacional é tentar não nos enganarmos a nós mesmos. E há mais de uma maneira de nos enganarmos. Podemos ver as circunstâncias do presente com lentes que aumentam ou diminuem as dificuldades, se perdemos o sentido das proporções. Se a alternância dos ciclos de expansão e contração do capitalismo demonstra que o sistema se aproxima de seus limites históricos, revela, também, que o capitalismo não terá uma morte “natural”. O sistema precisa ser derrotado pela mobilização revolucionária da classe trabalhadora. Sem a entrada em cena de um sujeito social capaz de unir explorados e oprimidos, o capitalismo ganha tempo histórico de sobrevivência.

O que aconteceu entre 1989/91 foi uma mudança de situação ou etapa, não uma inversão da época. São níveis distintos de abstração para a compreensão da fase histórica que vivemos. Para o marxismo, definir o sentido da época, a natureza da etapa, as peculiaridades da situação é uma necessidade tão crucial como para cada um de nós a percepção das horas do dia, das semanas do mês, dos anos sobre as décadas. Vivemos na época histórica de decadência do capitalismo.

Ela se abriu há cem anos com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, e permanece aberta. Uma etapa deve ser compreendida nos marcos de um quadro internacional relativamente estável.² Uma etapa se abriu ao final da Segunda Guerra Mundial entre 1945/1989. Desde então, estamos em outra etapa.³

Neste intervalo histórico entre 1989 e 2014 não nos faltaram situações revolucionárias. Entre 2000 e 2005, sucessivamente, no Equador, Argentina, Venezuela e Bolívia, a dominação capitalista foi ameaçada na América Latina. Depois de 2012, uma onda revolucionária atravessou o Magreb e o Médio Oriente. Estas situações foram, inicialmente, vitoriosas, com importantes conquistas democráticas, porém, depois, revertidas. Oportunidades extraordinárias de avançar

2. Etapas internacionais se abrem ou se encerram em função de desfechos mais ou menos duradouros na luta de classes, vitórias ou derrotas de significado incontornável, que estabelecem um novo quadro na relação de forças por todo um período. As relações de forças entre as classes, entre revolução e contrarrevolução que delas decorrem traduzem-se, também, em mudanças no sistema internacional de Estados. Referências para o tema podem ser encontradas em: ARCARY, Valerio. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Xamã, 2004.

3. Nem o crescimento sustentado dos “trinta anos gloriosos” entre 1945/75, nem a nova etapa mundial aberta pela restauração capitalista na URSS a partir da Perestroika, em 1986, por certo fenômenos de importância crucial, justificam a conclusão de que uma nova época histórica progressiva do capitalismo teria se aberto. Com menos razão, as apressadas fanfarronadas sobre o impacto de desenvolvimento irrefreável da microeletrônica, para não fazer referência aos impressionismos ainda menos razoáveis sobre o impacto econômico mais recente da engenharia genética, podem sustentar, seriamente, a defesa de uma inversão do sentido da época. As ameaças crescentes às conquistas do Welfare State nos países centrais, assim como o processo de recolonização dos países dependentes remetem à contraofensiva capitalista desde o final dos anos 1970, quando a necessidade de inverter a tendência à queda da taxa média de lucro e à estagnação prolongada permitiu unir as fileiras burguesas em torno dos programas neoliberais de ajuste fiscal, ortodoxia monetária, privatizações etc. Não tiveram, todavia, o significado de uma inversão de época. Ao menos, não no sentido atribuído a esta classificação pela tradição do marxismo: não interrompem a dinâmica de decadência. A rigor, uma mudança de época (entendida como a época do imperialismo) esteve seriamente colocada quando, nas palavras de Vitor Serge, foi “a meia-noite do século”. No período compreendido entre 1937/42, uma situação mundial contrarrevolucionária, no marco de uma etapa histórica defensiva pelo menos desde 1921/23 (derrota da segunda vaga da revolução alemã, ascensão do triunvirato na URSS) ameaçou transformar-se em uma mudança de época: os fatores decisivos teriam sido, simultaneamente, o auge do nazi-fascismo e do stalinismo. Conferir em: MANDEL. *Sobre o fascismo*. Disponível em: <<http://www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/ernest-mandel-el-fascismo.pdf>>. Acesso em: jul. 2014.

na luta pelo socialismo se perderam. O que nos faltou, portanto, não foram revoluções políticas, mas revoluções sociais. Triunfos anticapitalistas exigem forte presença de revolucionários socialistas.

Esta fragilidade subjetiva do marxismo revolucionário merece uma contextualização. Ela remete, em primeiro lugar, ao impacto mundial da restauração capitalista. Estamos em condições tão adversas após a restauração capitalista ter se consolidado na URSS, na China e, infelizmente, também em Cuba, que são talvez até piores que aquelas que viveram os internacionalistas da II Internacional, quando estavam em ínfima minoria, antes da vitória da revolução de 1917.

Antes da revolução de outubro, nas concentrações mais importantes do proletariado na Europa ocidental e central, os trabalhadores aderiram a alguma forma de socialismo. Existia um poderoso movimento operário e sindical. Nestas duas primeiras décadas do século XXI, a maioria da classe trabalhadora, mesmo nos países em que a industrialização já permitiu a configuração de uma classe operária importante, não abraça sequer a esperança do socialismo. A juventude interpreta que socialismo é sinônimo de ditaduras de partido único, escassez material e monolitismo ideológico. E o internacionalismo revolucionário é uma corrente sobrevivente, porém, minoritária, marginal.⁴ O papel histórico do estalinismo foi tão destruidor que a reorganização da esquerda recomeça em condições muito difíceis. Admitir esta situação subjetiva não nos diminui nem nos enfraquece. Ao contrário, nos fortalece. A angústia é um privilégio da lucidez.

Nossa aposta deve ser que as próximas crises do capitalismo serão maiores do que as ficaram para trás. Devemos confiar no protagonismo na classe trabalhadora. O proletariado do século XXI é mais poderoso do que o do século XX. Ele não sabe, não tem consciência da sua força, mas é maior, mais concentrado, mais educado,

4. O esfacelamento do movimento trotskista foi terrível, nos últimos vinte e cinco anos. A IV Internacional, um movimento dividido em três ou quatro correntes internacionais entre 1968 e 1991, se pulverizou, ainda que tenha sobrevivido, preservando um fio de continuidade. Para conferir mais sobre o tema: Disponível em: <<https://www.archivoleontrotsky.org/download.php?mfn=012908>>. Acesso em: jul. 2014.

mais influente, e seu destino deverá ser o de atrair para o seu campo a maioria dos oprimidos. Ele resistirá e veremos combates maiores do que os do passado. A realidade vem evoluindo depois de 2008 de forma mais interessante. Na luta de classes, forças minoritárias podem se transformar em maioria, até rapidamente, quando estão à altura das circunstâncias. As ideias contam. Ideias poderosas são extraordinariamente atrativas. Nossas ideias abrirão o caminho, se os marxistas estiverem à altura dos acontecimentos.⁵

Mas ainda temos enormes dificuldades na reorganização da esquerda marxista à escala mundial. Sabemos que partidos são organizações em luta pelo poder, e representam interesses de classe. Isso remete aos fundamentos da existência do movimento operário e do próprio surgimento da corrente marxista. A explicação para as dificuldades e divisões da representação dos que vivem do trabalho se alicerça na tripla condição de existência da classe trabalhadora. O proletariado é economicamente explorado, é socialmente oprimido,

5. O tema espinhoso, porém, incontornável remete à compreensão de por que a esquerda está dividida, sempre esteve dividida e esta divisão não diminuirá. O problema é explicar por que, quase cem anos depois da vitória da revolução de outubro, o reformismo, em suas diferentes variantes nacionais, tem tanta influência. Temos que atualizar uma teoria marxista para explicar a longevidade dos reformismos. A explicação marxista foi, historicamente, a divisão da classe trabalhadora pela ação da social-democracia e do stalinismo. Recordemos quais foram os fundamentos da influência desses aparelhos. A teoria da aristocracia operária foi apresentada por Lênin, quando da deflagração da Primeira Guerra Mundial no ensaio “A falência da II Internacional”. Esta teoria tem como objetivo explicar por que as organizações construídas no período histórico anterior, a social-democracia europeia, tinham, na sua grande maioria, se mostrado obstáculos contrarrevolucionários. O que nós temos que nos perguntar é se ela ainda é satisfatória. Ela mantém vigência? O que diz a teoria da aristocracia operária? Diz que na época imperialista uma fração minoritária da classe trabalhadora nos países centrais, uma aristocracia, recebe uma parte do bombom que cai da mesa do banquete da repartição do mundo realizado pelo capital. O tema da longevidade do stalinismo nos obriga a recordar a permanência de sua influência durante a etapa da guerra fria ou coexistência pacífica. Passaram-se cem anos desde 1914, vinte e cinco anos desde a queda do muro de Berlim, e os reformismos permanecem muito influentes, ainda que com novas roupagens. A questão é, portanto, saber se as explicações histórico-sociais permanecem ou não válidas. Devemos nos perguntar, também, se elas são adequadas para analisar os proletariados dos países periféricos, constituídos em sua maioria depois da Segunda Guerra Mundial, alguns somente nos últimos trinta anos. Conferir em Lênin, *A falência da socialdemocracia*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: jul. 2014.

e é politicamente dominado. Nunca, na história da humanidade, nenhuma classe que tenha vivido circunstâncias de inserção social semelhante se colocou um projeto de dirigir a sociedade. Não seria razoável ter expectativas facilistas para este projeto.

Uma classe que vive esta tripla condição tem, necessariamente, heterogeneidade política no seu interior. Isto é assim porque só muito excepcionalmente, em condições extraordinárias, ou seja, em circunstâncias nas quais se abre a possibilidade da luta pelo poder é possível unir a maioria do proletariado em torno de um projeto anticapitalista. Em condições normais da classe trabalhadora, inevitavelmente, considerando as diferenciações internas em seu interior, prevalece o projeto reformista de lutar para diminuir as condições de exploração.⁶ Ideias revolucionárias sempre foram minoritárias entre os trabalhadores, se não se abre uma situação revolucionária. Cada ofício tem os seus vícios. É porque o nosso projeto tem pressa que tão repetidamente somos vítimas de autoengano, e nos equivocamos na percepção de qual é a relação de forças. A distorção profissional dos marxistas foi o chamado robusto “otimismo” no protagonismo dos trabalhadores na luta contra o capital.

Este processo de construção da consciência de classe assumiu e assumirá formas diferentes em distintas sociedades. Estas diferenças explicam-se pela combinação de muitos fatores. Depende da maior maturidade objetiva e subjetiva das classes trabalhadoras o que, por sua vez, corresponde ao estágio de desenvolvimento econômico e social do capitalismo em cada região do mundo. Demonstrou-se até o momento uma luta feroz: na Europa do Mediterrâneo, desde 2008, a resistência da classe trabalhadora e da juventude fez, por exemplo, a Grécia viver mais de quinze greves gerais, um incrível recorde

6. Acontece que estamos ainda em um altíssimo grau de abstração. O que pode explicar por que existem vários partidos operários em luta entre si. O que pode ser, talvez, ainda insuficiente. Porque o instinto de poder não se desenvolve de forma espontânea entre os trabalhadores. Ele precisa ser introduzido de fora para dentro. O que se demonstrou, em incontáveis experiências históricas, especialmente difícil. Conferir em Lênin, na obra clássica *O que fazer?* Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/>>. Acesso em: jul. 2014.

histórico. Na Espanha, também, ou em Portugal, aconteceram as maiores mobilizações de rua desde o final das ditaduras franquista e salazarista. Essas lutas heroicas, contudo, encerradas dentro de fronteiras nacionais contra um inimigo internacional, não conseguiram barrar a ofensiva de destruição de direitos.

A representação política dos trabalhadores não pode ser feita, evidentemente, por um só partido, e surgem tendências mais moderadas que querem a reforma do capitalismo, e tendências mais radicais que querem eliminar as causas da opressão, da exploração e da dominação. As primeiras, as moderadas, são, em última análise, uma refração da influência no interior do proletariado dos interesses de outras classes: frações burguesas, e da classe média, por exemplo. Expressam, também, os obstáculos ao internacionalismo.⁷ A conquista da hegemonia do marxismo revolucionário nas organizações de massas dos trabalhadores não será possível sem uma luta corajosa e honesta contra os aparelhos burocráticos. Desde 2008, o capitalismo está se confrontando, a cada crise, com seus limites históricos; a perspectiva de situações revolucionárias nos elos mais frágeis do sistema

7. Construir um partido em escala internacional? O que justifica a necessidade dessa ferramenta, a internacional, é uma análise que parte de outros considerandos. O considerando fundamental é que não é possível vencer na luta pelo poder sem uma ferramenta de luta que esteja adequada à análise de quem é o inimigo. O inimigo é o Estado. Mas se é verdade que os Estados são nacionais, é importante saber que os Estados assumiram, ao longo dos últimos séculos, a forma de um sistema internacional. Não há um governo mundial, mas há um sistema internacional de Estados, uma ordem mundial. Qualquer projeto que desconsidere a força do Estado capitalista, das suas bases sociais de sustentação que são nacionais, porém, também, internacionais, é uma aventura que condena os trabalhadores, desde a partida, à derrota. Uma burguesia nacional pode governar com o apoio de 20% da população ou até menos, e governar até com estabilidade política, desde que tenha apoio internacional. É isso que toda a experiência histórica demonstrou. Logo, a existência do movimento operário é a existência inevitável de luta, sem quartel, entre as tendências reformistas e as tendências revolucionárias em defesa do internacionalismo. Isto é o básico. Mas aí vem o problema. A luta da classe trabalhadora se desenvolve dentro de fronteiras nacionais. Assim como o instinto de poder, o internacionalismo é um programa O INTERNACIONALISMO É UM PROGRAMA? SERIA UMA IDEIA, UM CONCEITO, UM TENDÊNCIA? que depende, essencialmente, de uma introdução de fora para dentro. Até hoje, revelou-se muito difícil. Um texto de referência sobre o tema é *Por um novo internacionalismo*, de Michael Löwy. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v5_artigo_michael.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

está, portanto, mais próxima, contudo, paradoxalmente, as duas premissas anteriores não permitem concluir que o socialismo está mais perto.

Segunda Tese: a crise aberta em 2007/2008 sinaliza os limites históricos da dominação capitalista

A interpretação da etapa histórica aberta em 1989 pela restauração capitalista encontra-se dividida em dois grandes campos. Em um primeiro campo estão aqueles que consideram a destruição econômica precipitada pela crise em 2008 conjuntural. Ainda quando admitem que ela permaneça longe de ter se esgotado, afirmam que será efêmera. Liberais ou keynesianos de vários matizes retiram a conclusão que o capitalismo conserva, neste início do século XXI, a potencialidade de cumprir um papel progressivo, ou até dinâmico, na produção da riqueza social, pelo menos por uma etapa histórica indefinida. A esquerda social-democrata ou pós-stalinista não oferecem nada muito diferente, um novo New Deal.⁸

A consequência dessa análise tem sido a defesa de diferentes programas de incentivo e/ou regulação para garantir a retomada do crescimento econômico, uns mais intervencionistas ou desenvolvimentistas (Kirchner, Chávez, Morales, Correa, ou Lula e Dilma Rouseff na América do Sul), outros menos. Diferentes fórmulas para a distribuição de renda e atenuação das desigualdades nacionais têm sido sugeridas pelo FMI e pelo Banco Mundial com a estratégia de preservação da governabilidade internacional.

8. O New Deal (em português, Novo Acordo), inspirado nas ideias keynesianas de regulação estatal do mercado, é o nome do programa do governo do Presidente Roosevelt com o objetivo de recuperar a economia norte-americana durante a depressão dos anos 1930. Entre 1933 e 1937, os investimentos do Estado agigantaram-se, provocando grandes déficits públicos, e a economia dos EUA voltou a crescer, mas a depressão só foi superada durante a Segunda Guerra Mundial.

Não obstante, estamos diante de um impasse histórico, um período transitório, que poderá mergulhar a sociedade em um abismo regressivo, com crescentes elementos de barbárie, como a destruição das conquistas do Welfare State na Europa desde 2008, a guerra civil na Síria desde 2012, a guerra genocida de Israel contra Gaza em 2014.

Abismos regressivos já vitimaram sociedades contemporâneas, desde o final da Segunda Guerra Mundial, incontáveis vezes, e das mais diferentes e terríveis formas. Na forma de limpezas étnicas, por exemplo, quando da fundação do Estado de Israel, a *nakba* palestina em 1948⁹; ou na forma de genocídios, como em Ruanda, em 1994, ou na Bósnia, entre 1992/95. Mas ocorreram, tragicamente, outras formas de regressão histórica, como as ditaduras no Cone Sul da América Latina nos anos 1970, ou as sequelas da restauração capitalista na Rússia nos anos 1990 do século XX.

A perspectiva de uma estagnação econômica internacional por uma década, como tem sido admitida por analistas das mais diversas tendências, merece ser caracterizada, também, como uma regressão, pelas consequências sociais e políticas imprevisíveis que provocará. Uma das mais plausíveis é a confirmação da tendência a uma queda acentuada do salário médio nos países centrais (EUA, União Europeia e Japão). Pela primeira vez, desde o pós-guerra, a geração mais jovem será mais pobre que a mais velha. Outra consequência, também provável, é a revogação das políticas públicas do chamado bem-estar social, sendo a previdência dos mais velhos, o salário-desemprego dos ativos e o acesso à educação gratuita dos mais jovens três dos alvos prioritários dos ajustes. As relações entre o centro e a periferia do capitalismo deverão conhecer, também, transformações reacionárias como reprimarização, desnacionalização e recolonização. Em que

9. *Nakba* é uma palavra árabe que significa “catástrofe” ou “desastre”, e se refere ao êxodo palestino de 1948, quando mais de 700.000 árabes palestinos, segundo dados da ONU, fugiram ou foram expulsos de seus lares, em razão da guerra civil de 1947-1948 e da Guerra Árabe-Israelense de 1948. Limpezas étnicas são remoções forçadas de populações com o uso de violência estatal que resultam em migrações forçadas.

proporção cada um desses processos atingirá cada Estado nacional em geral, ou o Brasil em particular, não é ainda razoável prever.

Vivemos em uma época histórica em que os destinos políticos e econômicos da civilização se decidem na arena mundial, ainda que a luta política se desenvolva, aparentemente, em marcos nacionais. Do futuro desta luta de classes internacional dependerá a longevidade do capitalismo. O que é previsível é que a senilidade do sistema exigirá mudanças regressivas, historicamente reacionárias. Mesmo em comparação ao passado do capitalismo. Regiões inteiras do mundo estão vendo as condições de vida retrocederem, em alguns aspectos, ao século XIX, com o avanço da precarização. O futuro deste passado será cada vez mais próximo ao prognóstico de barbárie crescente.

Em alguns períodos, os horizontes histórico-sociais do capital se contraíram. Depois da vitória da revolução russa de 1917; depois da crise de 1929; depois da revolução chinesa de 1949; depois da revolução cubana de 1959; depois do Maio de 1968; depois da revolução portuguesa de 1974. Já em outros se expandiram. Depois do New Deal de Roosevelt em 1934; depois do acordo de Yalta/Potsdam, ao final da Segunda Guerra Mundial em 1945; depois de Reagan/Thatcher em 1980. A pulsação do capital não é imune ao desenlace da luta de classes. No entanto, o capitalismo não terá “morte natural”, o que não é o mesmo que dizer que não se manifestou na história uma tendência ao desmoronamento, isto é, uma tendência a crises cada vez mais sérias e destrutivas, que ficou conhecida na tradição marxista como a teoria do colapso.¹⁰

Os últimos cento e cinquenta anos já foram um intervalo histórico suficiente para se concluir que a hipótese da crise final estava

10. Há um debate interessante sobre o tema, conhecido como a discussão sobre a *Zusammenbruchstheorie*, ou teoria do colapso ou desmoronamento. Uma referência pode ser encontrada no livro organizado por: COLLETTI, Lucio. *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

errada: suas crises convulsivas, por mais terríveis, não resultam em processos revolucionários, a não ser quando surgem sujeitos sociais com disposição revolucionária. Os critérios objetivistas que diminuem a centralidade do protagonismo do proletariado e das classes oprimidas foram refutados pela história. Os vaticínios políticos catastrofistas neles inspirados se aproximaram perigosamente de uma versão marxista para um novo milenarismo.¹¹

Enquanto o capitalismo vivia sua época histórica de gênese e desenvolvimento, estas crises destrutivas eram, relativamente, mais rápidas e suaves. O debate histórico mais interessante da atualidade remete, portanto, a este tema: a época em que o capitalismo ainda tinha um papel progressivo ficou ou não para trás? O argumento que defendemos é que estamos diante de um período histórico de decadência do sistema. Uma época em que reformas são mais difíceis, embora não sejam impossíveis, e revoluções mais prováveis, embora o desenlace da luta pelo socialismo permaneça muito incerta.

Todos os Estados, mesmo aqueles que têm uma posição dominante no mercado mundial, estão condicionados pela pressão do capital financeiro. Desde 2008, os mágicos keynesianos substituíram os ilusionistas neoliberais à frente de vários governos, mas enfrentam muitas dificuldades para “salvar” o capitalismo dos capitalistas. Os impostos futuros, consumidos desde 2008 na forma de emissão de dívida tanto nos EUA quanto na Europa e no Japão para a compra de participação estatal em empresas e bancos privados ameaçados de falência, comprometerão a possibilidade de emissão de novos títulos amanhã, sob pena de uma desvalorização das moedas de entesouramento (dólar norte-americano; libra inglesa; franco suíço; euro; yen), ou seja, o perigo de inflação. A crise aberta em 2008 vem confirman-

11. São caracterizados por uma parte da historiografia como milenaristas alguns movimentos populares europeus de inspiração mística e, algumas vezes, messiânicas, da Idade Média e Moderna, que acreditavam no advento de um novo mundo com a inauguração de um novo milênio. O livro de Norman Cohn é uma das referências para esse tema: *Na senda do Milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

do as análises que estimam que ela só pode ser comparada com a crise de 1929, e não deve ser considerada somente a forma da última crise cíclica, como em 2000/2001, 1991/1992, 1987, ou 1981/1982.¹²

A economia capitalista conheceu, ao longo dos últimos trinta anos, três ciclos de relativo crescimento econômico, que dependeram muito da expansão do consumo do mercado norte-americano, portanto, da financeirização. Assim como a indústria armamentista e o endividamento estatal, durante a etapa da Guerra Fria 1945/1989, a inovação mais significativa do capitalismo nos últimos vinte e cinco anos foi a financeirização. A alavancagem de capitais assumiu uma nova escala, totalmente diferente do passado. Financeirização sempre existiu, porque o recurso ao crédito é inerente à operação do capitalismo. O que mudou foi que a grandeza da fuga de capitais da produção para o mercado financeiro, e a magnitude da explosão de dívidas. Dívidas de consumo das famílias nos países centrais, em especial, dívidas para aquisição da casa própria, dívidas empresariais, em especial para aquisições e fusões e, sobretudo, dívidas públicas, em proporções muito maiores que no passado. A financeirização permitiu ao capital ganhar tempo, na medida em que a dimensão colossal do volume de capitais acumulados compensaram, transitariamente, a lentidão da valorização, ou seja, a queda da taxa média de lucro. Assistimos agora à crise gerada pela financeirização acelerada desde os anos 1980 com a criação dos derivativos.¹³

12. O livro de Robert Brenner, *O boom e a bolha*, publicado em português pela Record, em 2003, é uma apresentação do tema da crise que explodiu ao final dos anos 1990.

13. Derivativos são ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo, que pode ser, também, financeiro (moedas, títulos de dívidas públicas, ações) ou uma mercadoria (ouro, imóveis, *commodities*). Podem ser, também, operações financeiras que tenham como base de negociação o preço de um ativo negociado nos mercados futuros. De todos os derivativos, os mais perigosos parecem ser os *swaps* (em inglês, *credit default swaps*, CDS). Os *swaps* são uma cobertura de risco, algo parecido com uma apólice de seguro para cobrir (em inglês, fazer *hedge*) uma possível moratória de uma dívida. Mas há grandes diferenças com relação aos seguros. Por exemplo, essas operações não estão reguladas. As instituições que oferecem esse tipo de contrato não estão obrigadas a manter reservas relacionadas com as operações que realizam. Os CDS foram inventados pelos bancos precisamente para evitar as exigências de fiscalização sobre as suas reservas. Se outra instituição absorvia o risco (em troca de um prêmio), o banco

Foi a financeirização que facilitou a expansão do crédito que impulsionou os mini-booms dos anos 1980 com Reagan, dos anos 1990 com Clinton, e dos anos de 2001/2008 com Bush. Operaram, com força de influência variada, os outros quatro fatores identificados por Marx como contra-tendências de freio à queda da taxa média de lucro, expressão da decadência do capitalismo: o barateamento das matérias-primas; a renovação de tecnologias; a internacionalização até à última fronteira e, o mais importante, o aumento da exploração do trabalho.

Nos dois primeiros mini-booms verificaram-se quedas importantes nos preços do petróleo e dos grãos, embora não na última, quando subiram, favorecendo as exportações de *comodities* da América Latina e África; o desenvolvimento da microeletrônica e da telemática foram significativas para o impulso da reestruturação produtiva, sobretudo nas duas últimas duas décadas do século XX; o crescimento chinês e, em menor medida, da Índia, foi um fator de impulso nos últimos vinte e cinco anos; a estagnação do salário médio nos EUA e a restauração capitalista, incorporando centenas de milhões à produção de mais-valia, e ao mercado mundial, pressionou para baixar o salário médio nos EUA, Europa e Japão.¹⁴

podia liberar suas reservas. A alavancagem disparou para o espaço, e o volume dos derivativos passou a ser incalculável. Os CDS foram usados, também, para contornar as restrições que os fundos de pensão tinham para emprestar recursos a empresas com uma qualificação de risco insuficiente por parte das agências. A crise atual se manifestou como crise financeira quando ocorreu a desvalorização destes papéis, ou seja, quando começaram a derreter esses capitais fictícios. Um estudo do banco Morgan Stanley informa que o volume dos contratos de CDS chegará, em 2012 e 2013, a uma altura, respectivamente, de 3,2 e 3,3 trilhões de dólares. Disponível em: <<http://www.alencontre.org/index.html>>. Acesso em: jul. 2014.

14. Outro debate sobre a situação internacional nos remete à discussão da crise da liderança norte-americana, tanto na esfera do mercado mundial, quanto no plano político, como potência dominante. O debate do tema não é diletante. Aqueles que lutam pela revolução mundial devem dedicar muita atenção ao estudo dos seus inimigos. A liderança norte-americana à frente da defesa da ordem mundial foi uma das constantes mais estáveis desde o final da Segunda Guerra Mundial. Não há dúvida alguma que o desastre político dos oito anos da gestão George W. Bush enfraqueceu a posição relativa de Washington. O argumento deste texto, contudo, é que a hipótese da crise irreversível da supremacia norte-americana, apresentada de forma pioneira e apaixonada por André Gunder-Frank, em seu livro *Reorient, global*

A recuperação da taxa média de lucro com a economia de guerra depois da invasão do Afeganistão e Iraque foi um dos fatores que voltaram a favorecer o investimento, mas em uma escala inferior à etapa política do pós-guerra (1945/89). O barateamento do crédito foi, também, um fator da recuperação. A montanha de derivativos cresceu até atingir o pico de US\$ 600 trilhões, ou mais de 10 PIBs mundiais, segundo o Banco de Compensações Internacionais de Basileia, e transformou-se em um obstáculo, porque o movimento de rotação de capital não foi mais possível nesta escala.

Deixou de ser política e socialmente razoável a valorização de capital, mesmo que muito lenta, quando o volume de capitais fictícios atingiu esta dimensão estratosférica.¹⁵ Em outras palavras, o estoque estimado de capitais fictícios, se a valorização for à escala de 2,5% ao

economy in the Asian age, São Francisco, UC Press, 1998, há quinze anos, merece ser problematizada. A hipótese de Gunder-Frank se apoia em premissas econômicas e demográficas que procuram sustentar a ideia de que existiriam ciclos realmente muito longos, na escala de dois séculos e meio, para cada fase A, de crescimento, e uma fase B simétrica de contração. Defende que a liderança norte-americana será substituída, irremediavelmente, pela chinesa. O lugar de cada imperialismo no Sistema Internacional de Estados dependeu, historicamente, de um conjunto de variáveis, que poderiam ser resumidos na fórmula riqueza e poder, ou em cinco grandes questões: (a) as dimensões de suas economias, ou seja, os estoques de capital, os recursos naturais — como o território, as reservas de terras, os recursos minerais, a autossuficiência energética etc. — e humanos — entre estes, o peso demográfico e o estágio cultural da nação — assim como a dinâmica, maior ou menor, de desenvolvimento da indústria (b) a estabilidade política e social, maior ou menor, dentro de cada país, ou seja, a capacidade de cada burguesia imperialista para defender o seu regime político de dominação diante de seu proletariado, e das classes populares, ou seja, a coesão social interna e o grau de identificação nacionalista que ofereça sustentação às ambições imperialistas; (c) o nível de sua superioridade econômica, influência cultural e ideológica, ou as dimensões e capacidade de cada um desses impérios em manter o controle de suas colônias ou semicolônias, ou seja, áreas de influência; (d) a força militar de cada Estado, que dependia não só do domínio da técnica militar ou da qualidade das Forças Armadas, mas do maior ou menor grau de coesão social da sociedade, portanto, da capacidade do Estado de convencer a maioria do povo da necessidade da guerra; (e) as alianças de longa duração dos Estados imperialistas, uns com os outros, e o equilíbrio de forças que resultavam dos blocos formais e informais etc. Se considerarmos estes cinco critérios, não parece provável que a liderança dos EUA venha a ser desafiada, porque suas vantagens relativas são insuperáveis.

15. Desde 2010, o BIS de Basileia passou a fiscalizar um acordo que prevê a exigência de aumento das reservas bancárias de 4,5% para 6% do valor dos ativos bancários, o que não resolve o problema dos bancos *too big to fail*. A informação está disponível em: <http://www.

ano, ou seja, o nível da inflação anual dos países centrais teria que consumir 25% do PIB mundial. Um quarto da produção mundial para a remuneração de capitais fictícios só seria verossímil com a restauração de condições de vida semelhantes às da escravidão, e regimes como o de Hitler. Uma parte importante desta massa de capitais fictícios já foi destruída pela desvalorização desde 2008. Pelo menos 50%, se considerarmos a queda do dólar, do euro e das principais Bolsas de Valores, e dos imóveis, por exemplo, e a fogueira ainda está ardendo.¹⁶

O mesmo problema está na raiz da crise dos endividamentos públicos acima dos 100% dos PIBs nos países centrais. O endividamento do Estado não é senão a antecipação para o presente de receitas fiscais futuras, os impostos que serão pagos nos anos por vir e, em prazo mais longo, pelas futuras gerações. Ao contrário de empresas, Estados não podem falir, mas podem cair em situação de inadimplência por incapacidade de rolagem dos juros, com moratória das dívidas. Foi o que aconteceu com o Brasil durante o Governo Juscelino Kubitschek, nos anos 1950, e José Sarney, nos anos 1980. Isso significa que Estados, mesmo os Estados centrais, não conseguem se endividar além de sua capacidade de pagamento, porque os investidores perderão a confiança nos títulos, e exigirão em contrapartida juros mais elevados para a renovação dos empréstimos.

Um maior endividamento se traduzirá em um comprometimento de despesas que impedirá investimentos futuros. Esta combinação de fatores provocará uma recessão crônica, ou desestabilização política pelos cortes nas despesas dos serviços públicos com sequelas sociais imprevisíveis.¹⁷ A expectativa dos rentistas condicionou, historicamente, o volume de estoque das dívidas públicas e o custo de

swissinfo.ch/por/specials/crise_financeira/Novas_regras_para_reforçar_os_bancos.html?cid=28321876>. Acesso em: jul. 2014.

16. Uma referência instigante sobre o impacto mundial da destruição de capitais fictícios pode ser encontrado nos artigos do economista suíço Charles André Udry. Em português no site: <http://www.combate.info/index.php?option=com_content&view=article&id=289:uma-nova-guerra-social-abre-se-na-europa&catid=23:forma-marxista&Itemid=41>. Acesso em: jul. 2014.

17. Uma referência indispensável para contextualizar este tema tem sido o trabalho de Cláudio Katz, que pode ser consultado no site: <<http://lahaine.org/katz/>>. Acesso em: jul. 2014.

rolagem dos empréstimos.¹⁸ A financeirização transformou os títulos públicos de qualquer Estado — inclusive, no limite, os dos EUA — em papéis que podem, também, apodrecer, desde que os investidores percam a confiança de que o Estado poderá honrar seus compromissos. Não há qualquer garantia, *a priori*, de que os títulos públicos não virem tóxicos, ou seja, inegociáveis pelo valor de face.¹⁹

Por isso é que os marxistas afirmam que o limite do capital é o próprio capital. Quando a valorização encontra obstáculos intransponíveis, começa a destruição de capital. Essa destruição assumiu, em outras crises, inicialmente, a forma de desvalorização. Essa é a forma leve, ainda que a escala da destruição seja terrível, superando as centenas de trilhões de dólares. Mas, quando o pânico se precipitar — e o pânico poderá se instalar a qualquer momento, porque isso já aconteceu no passado —, quando os governantes perderem a credibilidade, a fuga dos ativos será a antessala de uma ruína nunca vista.

Em outras palavras, a superação da crise atual não só não é impossível, é até provável. Mas quando acontecerá vai depender do curso da luta de classes. Uma derrota da classe trabalhadora terá o custo de uma regressão econômica social imensa — a destruição do

18. A parasitagem das dívidas públicas foi um dos negócios mais rentáveis da expansão mundial da liquidez das últimas três décadas. Os credores dos títulos públicos se entesouraram nesses papéis, buscando a máxima rentabilidade e a máxima segurança. O aumento da dívida do Estado em relação ao PIB eleva, contudo, o custo da rolagem da dívida. O que se revelou, no passado, incompatível com a preservação dos gastos públicos, e traz como ameaça um agravamento da recessão. Desde que Washington renunciou à convertibilidade fixa do dólar, em 1971, e preferiu que ela flutuasse livremente, em função da oferta e procura, o Estado aumentou as possibilidades de endividamento. Foi uma resposta fiscal de tipo keynesiano à desaceleração do crescimento do pós-guerra nos anos 1970, permitindo a redução dos custos produtivos dentro dos EUA, comparativamente à Alemanha e ao Japão, com a redução do salário médio. A moeda norte-americana desvalorizou-se, porém, preservou o seu papel de moeda de reserva mundial. A política de Obama para evitar a depressão após 2008 foi, portanto, uma reedição da política de Nixon no início dos anos 1970, mas diante de uma ameaça imensamente mais grave: os custos da “fuga em frente” são imprevisíveis. Seus limites ficam claros com a crise da dívida da Argentina.

19. Uma boa referência sobre o tema é o economista marxista Anwar Shaik, estudioso da tendência histórica à queda da taxa média de lucro. Uma conferência está disponível em: <<http://radicalnotes.com/journal/2009/06/13/anwar-shaikh-on-marx-and-the-global-economic-crisis/>>. Acesso em: jul. 2014.

padrão de vida na Europa no último meio século, por exemplo — reatualizando o prognóstico marxista de socialismo ou barbárie.²⁰

Referências

- BRENNER, Robert. *O boom e a bolha*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- COLETTI, Lucio. *El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo*. 3. ed. México, Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- KONDRATIEFF, Nicolai. *Les grands cycles de la conjuncture*. Paris: Economica, 1992.
- LUXEMBURGO, Rosa. El Problema en discusión. In: _____. La acumulación de capital. México, *Cuadernos de Pasado y Presente*, n. 51, 1980.
- MANDEL, Ernest. *El poder y el dinero: contribución a la teoría de la posible extinción del estado*. Trad. Manuel Aguilar Mora. México: Siglo Veintiuno Editores, 1994. (Col. Sociología y política.)
- SHAIK, Anwar. The first great depression of the 21st century. *Socialist Register*, 2011, Fall 2010.

20. Mudanças desta magnitude só foram possíveis depois de bruscos deslocamentos da relação social de forças entre as classes em cada país, e uma alteração do posicionamento dos Estados no sistema mundial. Essas gigantescas transferências de riqueza e poder entre classes, entre monopólios, e entre Estados nunca puderam ser feitas sem enfrentar resistências. Quando a reação fracassa, e a possibilidade de concessões parciais, por variados fatores, fica diminuída ou é mais restrita, a probabilidade de situações revolucionárias aumenta. O que está em disputa é uma reconfiguração econômica, social e política do mundo tal como o conhecemos. A hipótese teórica que orienta este texto é que reformas do capitalismo serão mais difíceis e situações revolucionárias mais prováveis. Um novo New Deal, como nos anos 1930, é impensável. Um novo Bretton Woods, como em 1944, é implausível. Um novo *big boom*, como no pós-guerra, é impossível. Quando uma ordem econômica, social e política revela incapacidade para realizar mudanças por métodos de negociação, concertação ou reformas, as forças sociais interessadas em resolver a crise de forma progressiva recorrem aos métodos da revolução para impor a satisfação de suas reivindicações. Essa foi a forma que assumiu a defesa de interesses de classe na história contemporânea. A história, contudo, não é sujeito, mas processo. O seu conteúdo é uma luta. Essa luta assume variadas intensidades. A revolução política é uma dessas formas, e a frequência maior ou menor em que ela se manifesta é um indicador do período histórico. Todas as revoluções contemporâneas tiveram uma dinâmica anticapitalista, maior ou menor, mas não foram todas revoluções, socialmente, proletárias. Todas as revoluções socialistas da história começaram como revoluções políticas, ou como revoluções democráticas.